

Os desafios atuais do movimento operário*

Alain Bihl**

Resumo:

É de opinião geral que o movimento operário atravessa uma grave crise, ao Sul e ao Norte. No entanto, essas opiniões convergem quanto ao diagnóstico geral da crise e divergem sobre as causas e, mais ainda, sobre os remédios a adotar. Alguns propõem deixar o doente morrer pura e simplesmente, declarando seu mal incurável e se vangloriam de suas decisões.

Estou entre aqueles que pensam que, se a crise é séria, ela não é mortal. É conveniente identificar os obstáculos que se colocam hoje no caminho do movimento operário ou, se preferirmos, os desafios que lhes são lançados na situação atual e que é necessário salientar. Este é o objetivo da minha exposição.

Estes desafios não são todos da mesma natureza e nem da mesma importância. Podemos e devemos diferenciá-los, ou melhor: hierarquizá-los. Tenho escolhido ordená-los em função do momento e do seu grau de urgência e da conjuntura na qual se pode esperar resolvê-los. Tive assim que distinguir os desafios a curto, médio e longo prazo.

Estes são os títulos das três partes da minha exposição. Em cada parte esforçar-me-ei em precisar a natureza desses desafios, os tipos de problemas que são colocados ao movimento operário, enfim as condições que me parecem capazes de evidenciar esses desafios.

I. Os desafios a curto prazo: não sucumbir ao derrotismo

O movimento operário está hoje na defensiva. No curso das três últimas décadas, registrou uma série de retrocessos e derrotas que nos fizeram duvidar de sua capacidade estratégica e histórica. O primeiro desafio para o movimento operário, portanto, é não sucumbir ao derrotismo.

* Tradução de Ilse Gomes, Joana Coutinho e Tânia Marossi, revisão de Lúcio Flávio de Almeida.

** Professor de filosofia em Strasbourg, França. Doutor em sociologia, é autor de diversas obras, especialmente *Da grande noite à alternativa*. Editora Boitempo, 1998.

A) As derrotas registradas recentemente pelo movimento operário são essencialmente duas:

1) a derrocada de seus principais modelos: o *chamado socialismo soviético* e o *reformismo social-democrata*. O primeiro foi desacreditado enquanto modelo (pelo seu totalitarismo estatal e ineficácia econômica) antes mesmo que seu desabamento e dissolução se tornassem realidade. O segundo, ao se transformar em uma simples modalidade de dominação do capital, foi incapaz de apontar uma saída para a crise multiforme do capitalismo e de fazer frente à ofensiva neoliberal, apesar dos seus ataques cada vez mais brutais aos trabalhadores. Se mostrou, enfim, incapaz de preparar uma estratégia alternativa ao capitalismo.

Esses dois modelos procedem de uma mesma matriz. Como tenho demonstrado em meus estudos, reformismo social-democrata e “socialismo de estado” derivam do mesmo modelo do movimento operário, aquele que nasceu na Europa Ocidental no fim do século passado e foi progressivamente universalizado a partir de seu berço histórico. As principais características desse modelo são:

- quanto à estratégia: o estatismo, que fez do Estado o fim e o meio da luta pela emancipação do proletariado. Sua fórmula chave: *emancipar-se do capitalismo de Estado emancipando o Estado do capitalismo*;
- quanto às formas organizacionais: o privilégio dado ao partido, como instrumento de conquista e exercício do poder de Estado sobre os sindicatos e os movimentos corporativos e mutualistas sobre os movimentos associativos;
- quanto aos valores ideológicos: a incorporação da herança iluminista, portanto, do pensamento burguês no seus aspectos mais radicais: humanismo, racionalismo, cientificismo, messianismo revolucionário, elitismo político e estatismo.

É o conjunto desses elementos que se encontra atualmente abalado e desacreditado. Portanto, é toda a herança política de um século de lutas operárias que está em questão.

2. A incapacidade do movimento operário em fazer frente à ofensiva neoliberal:

A ofensiva neoliberal foi iniciada pelos governos britânico e norte-americano (Thatcher e Reagan) no início dos anos 80, rapidamente sendo seguida pela quase totalidade dos governantes ocidentais. O objetivo, oficialmente fixado, era encontrar uma saída para a crise do fordismo, isto é,

para o modo de desenvolvimento adotado pelo capitalismo ocidental desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

O postulado central das políticas neoliberais é o de que todo mercado tende espontaneamente para um equilíbrio ótimo, desde que nada entrave o seu bom funcionamento. Assim, se a economia anda mal, se há crise, é porque o bom funcionamento do mercado foi obstaculizado. Daí os três alvos principais dessas políticas:

- o *ganho salarial fordista*, acusado de alterar as regras de concorrência do mercado de trabalho. São particularmente visados: a existência de ganhos salariais mínimos (salário mínimo) legal ou convencional; a indexação dos salários sobre os preços (eixo da regulação fordista e principal elemento das políticas keynesianas); a existência de sistemas públicos de proteção social (que os liberais pretendem substituir por sistemas de segurança privada). O objetivo central é fazer os assalariados pagarem a crise, obtendo uma baixa no custo salarial global.

- o *Estado intervencionista*, principal pesadelo e alvo dos neoliberais. A regulação pelo mercado é a saída apontada pelos liberais visto que, na sua ótica, a regulação da economia pelo Estado somente pode agravar os desequilíbrios. Desse modo, todos os aspectos da gestão estatal são atacados através: do desmantelamento do setor público, pela liquidação das empresas ou serviços públicos não rentáveis e a venda das que são rentáveis para o capital privado; da destruição dos mecanismos institucionais de proteção social; da desregulamentação de todos os mercados, em particular do mercado de trabalho e do mercado de capitais;

- *os devedores*: o neoliberalismo é também, e sobretudo, a revanche dos credores sobre os devedores, e exprime, fundamentalmente, os interesses do capital financeiro, inclusive contra os interesses do capital industrial. O objetivo desta política é dar fim à “economia de superendividamento”, desobstruindo a crise do fordismo na sua fase de gestão keynesiana. Pretende-se com isso:

- a) *aperfeiçoar as vantagens* entre os próprios capitalistas, colocando fim aos investimentos ineficientes do capital, especialmente através do aumento das taxas de lucro reais que alcançaram recordes históricos no curso dos anos 80;

- b) *reduzir “os gastos” do Estado* reduzindo as despesas públicas, logo, fazendo baixar as famosas antecipações obrigatórias (impostos e cotizações sociais);

- c) *obrigar os países do Terceiro Mundo* a pagarem suas dívidas, contraídas junto aos Bancos Ocidentais no curso dos anos 60 e 70 a fim de se industrializarem,

submetendo-os (por intermédio do FMI e do Banco Mundial) às políticas de “ajustamento estrutural”.

Mesmo atingindo apenas parcialmente seus objetivos, as políticas neoliberais têm provocado, tanto ao Norte como no Sul, a redução dos ganhos econômicos e sociais dos trabalhadores, colocando milhões no desemprego, na precarização, na pobreza ou na miséria definitiva. Simultaneamente, se acumularam as fortunas originadas principalmente da especulação das bolsas.

Não somente o movimento operário não conseguiu se opor ao desenvolvimento dessas políticas, mas algumas de suas organizações, como os partidos social-democratas europeus, aderiram à elas ou foram os seus agentes. Esse foi particularmente o caso da França, onde o divórcio entre uma parte dos aparelhos políticos e sindicais do movimento operário e sua base social acabou contribuindo para o desenvolvimento de movimentos de extrema direita, xenófobos e racistas, como a Frente Nacional.

B) As razões para não se desesperar

A partir desses retrocessos e derrotas, em toda parte vozes se levantaram proclamando o fim do movimento operário, o fim do socialismo ou do comunismo, da luta de classes, até mesmo o fim da história. O “adeus ao proletariado” se multiplicou, acompanhado do anúncio do fim do salário e do trabalho. Toda essa literatura, lançada com grande reforço publicitário da mídia, apenas proclama que o capital reinará, soberano e absoluto, sobre todo o planeta e sobre todos os aspectos de nossa vida; e que este reinado está destinado a se prolongar eternamente.

Para além de toda essa querela ideológica, é necessário, no entanto, reconhecer que os insucessos e derrotas do movimento operário levaram ao desespero e ao abandono do combate político e teórico. Esse pessimismo não me parece, contudo, justificável. Pelas quatro razões seguintes:

1. A luta pela emancipação do proletariado é uma luta histórica. Ela se desenvolve a longo prazo, na história mundial, e não ao nível das peripécias locais conjunturais da luta de classes, mesmo se estas têm, momentaneamente, sua importância. Portanto, até que se prove o contrário, a história continua.

2. A luta continua simplesmente porque continuamos a viver numa sociedade dividida em classes, profundamente marcada pela dominação e exploração capitalista. Esse processo, sobretudo quando se agrava, como é atualmente o caso, não pode deixar de gerar resistência e luta, provocando sempre, cedo ou tarde, a revolta dos explorados e dos dominados. Anunciar

um mundo pacífico, como fazem os apologistas do capital, enquanto quotidianamente se explora e se domina até a morte, é leviano e desonesto.

3. Se o movimento operário está atualmente na defensiva, isto se deve às conseqüências de uma série de derrotas que, no entanto, fazem parte de seu processo de construção histórico. O proletariado de hoje não é mais o proletariado da metade do século XIX, nem mesmo aquele da primeira metade deste século. Contudo suas experiências têm ensinado muito, por exemplo: que é capaz pelo menos de modificar a dinâmica do capitalismo, confirmando assim – na sua própria visão – sua capacidade de ator histórico; que é capaz de se auto-organizar, de construir suas próprias organizações de classe; de elaborar seus próprios valores e idéias etc.

Estou convencido — embora não possa desenvolver mais amplamente este ponto — que opera no seio da luta de classe do proletariado *uma acumulação da experiência histórica*. Nesse sentido, a crise do modelo social-democrata do movimento operário é também, para o proletariado mundial, uma fonte de ensinamentos. Particularmente, as razões de seus êxitos parciais e de seu fracasso definitivo, que lhe permitirá extrair todos os ensinamentos da experiência da conquista e do exercício do poder de Estado.

4. Enfim, a última razão para não se desesperar, é que o capital não está talvez tão poderoso, mesmo que pareça ter derrotado definitivamente seu inimigo histórico. Aparentemente, o capital reina hoje inteiramente sobre o mundo. Mas sobre qual mundo ele reina? Digo claramente: *um mundo cada vez mais desumano*, cada vez mais inviável, ingovernável, em suma, um mundo que caminha para a catástrofe, no qual as contradições e os absurdos se acumulam, engendrando uma série de crises cada vez mais graves. As crises do capital estão cada vez mais difíceis de serem dominadas, apesar da ação dos Estados e dos governos. As crises constituem, assim, uma nova possibilidade para o movimento operário, lançando-lhe uma série de novos desafios. São estas diferentes crises que eu me proponho a analisar na segunda parte de minha exposição.

II. Os desafios a médio prazo.

Caso o movimento operário queira recuperar sua capacidade estratégica, ou seja, figurar novamente como uma força social capaz de mudar a dinâmica do capitalismo e de determinar o curso da história, ele deve estar habilitado a identificar os desafios que lhe são lançados, identificando, especialmente, as maiores crises provocadas pela dinâmica atual do capitalismo. Somente com esta condição, o movimento operário poderá sair de sua própria crise. A seguir, exponho as quatro principais crises:

A) A crise ecológica:

1. Os principais sintomas desta crise são:

- *Esgotamento dos recursos naturais* (solo, água, materiais minerais ou fósseis) que sob o efeito de saques e desperdícios, se tornam raros e escassos;
- *Poluição dos elementos naturais* (ar, água e solo) pelos dejetos e despojos da produção industrial não controlados ou não reciclados; e pela multiplicação de catástrofes ecológicas (marés negras, acidentes mais ou menos graves das indústrias químicas e eletrônicas) de maior alcance no espaço e no tempo;
- *Empobrecimento da flora e da fauna*, pela extinção de centenas de milhares de espécies, sob o efeito conjugado de diferentes poluições; desestabilização ou destruição de ecossistemas e de certos meios naturais como o mar e a floresta;
- Enfim, o mais grave, a *ruptura de certo equilíbrio ecológico global, da biosfera*, pela destruição parcial de alguns de seus elementos componentes (por exemplo, a destruição da camada de ozônio).

2. A causa fundamental desta crise ecológica de dimensão planetária é o produtivismo, inerente ao capitalismo. Como Marx já mostrara, no regime capitalista, o último alvo do processo de produção não é nem o valor de uso (a produção de bens e de serviços destinados a satisfazer as necessidades humanas), nem o valor de troca (a produção de mercadorias), nem mesmo a formação de uma mais-valia (de maneira a assegurar a valorização do capital), mas a acumulação do próprio capital, ou seja, a acumulação de meios de produção. Em outras palavras, no regime capitalista, *o alvo da produção é a produção ilimitada e em escala crescente*. Marx já assinalara que o produtivismo, este crescimento incontrolado e obcecado das forças produtivas, conduziria inevitavelmente ao empobrecimento, à degradação e à destruição das duas fontes de toda riqueza social: a força de trabalho humana e a terra.

A crise ecológica é, assim, inevitável no seio do capitalismo. Sem dúvida, pode-se imaginar um reformismo ecológico que permita atenuar as conseqüências sociais mais desastrosas da exploração e da dominação da força de trabalho, como o fez o reformismo social-democrata. Tal reformismo, aliás, está representado pela maior parte dos movimentos ecológicos, conscientemente ou não.

Esta atuação reformista comprovou que o capitalismo não pode ser ecologicamente reformável. As duas Conferências Mundiais convocadas pela ONU sobre os problemas ecológicos (Rio em 1992 e Tóquio em 1998), determinaram medidas insuficientes que, além disso, ou não foram aplicadas ou foram aplicadas apenas parcialmente. Poderia ser de outra maneira no

contexto das políticas neoliberais hoje dominantes, visto que apenas tem valor o que pode entrar no mercado de trocas? Mas qual é o valor mercantil do ar que respiramos, da diversidade da flora e da fauna, das paisagens fascinantes, do equilíbrio ténue e frágil dos sistemas ecológicos? Rigorosamente isto não tem nenhum valor mercantil, pelo menos até o momento em que sua destruição venha perturbar as condições da própria troca. Neste caso, as alternativas ao neoliberalismo, manterão o valor de troca da ecologia.

Sobre a limitação dos dejetos nocivos na atmosfera, não ouvimos certos economistas neoliberais defender a idéia do “direito a poluir” como se fossem títulos de propriedade a serem trocados no mercado?

3. Para o movimento operário há uma necessidade e uma possibilidade estratégica, a de se apresentar como o portador de um projeto de organização econômica e social ecologicamente sustentável, mesmo que isto lhe imponha uma verdadeira “revolução cultural”.

É necessário, portanto, que o movimento operário rompa com dois elementos de sua herança social-democrata: o produtivismo e o industrialismo. É fácil compreender as razões da ligação do movimento operário com o produtivismo capitalista, pois este garantiu, ao mesmo tempo, a expansão numérica do proletariado e o crescimento econômico, resultando na melhoria das suas condições de vida, através da repartição dos ganhos de produtividade entre salários e lucros. Este produtivismo, na social-democracia, foi ainda reforçado pelo economicismo e o cientificismo, culminando em um verdadeiro culto ao desenvolvimento das forças produtivas de tipo industrial.

Além disso, o movimento operário não pode deixar para a burguesia a responsabilidade de gerar o crescimento das forças produtivas, se limitando a pressioná-la para obter uma justa repartição dos frutos deste crescimento. O movimento operário deve hoje criar as condições para orientar o processo social de produção, com o objetivo de arrancar as forças produtivas da “lógica produtivista” que lhe impõem as relações capitalistas de produção.

Nesta perspectiva, ao invés de esperar uma hipotética conquista do poder de Estado, a prioridade deve ser dada às lutas para impor aos capitalistas e ao Estado, ao mesmo tempo:

- A construção de contra-poderes com o objetivo de controlar o desenvolvimento industrial, científico e técnico: por exemplo, a criação de uma rede de organizações locais, nacionais e internacionais de avaliação das riquezas ecológicas, o que impõe a necessidade de articular os trabalhadores e as populações envolvidas para a participação no processo decisório de

desenvolvimento industrial, conquistando o direito de fiscalização, de referendun etc;

- A elaboração de projetos e planos alternativos de produção: por exemplo, o fechamento ou a reconversão das indústrias poluentes (certas indústrias químicas), perigosas (as centrais nucleares) ou socialmente inúteis (as indústrias de armamentos) em indústrias socialmente úteis e ecologicamente inofensivas.

- E ainda, a partir de experiências históricas (o movimento cooperativo e mutualista), o movimento operário deve incentivar o *desenvolvimento de uma economia* “alternativa”, criando uma rede de unidades de produção que funcione à margem da economia mercantil e capitalista, seguindo critérios ao mesmo tempo ecológicos, auto-gestionários e de utilidade social.

B) A crise sócio-econômica.

Esta segunda crise é, sem dúvida, mais conhecida que a precedente e seus efeitos são mais perceptíveis. Reconhecemos que este é um terreno clássico, no qual o movimento operário foi historicamente levado a intervir. Podemos assim abordar mais rapidamente este tópico.

O que surpreende é que não há nada de novo no *front* capitalista. A acumulação do capital que se realiza no plano mundial, a despeito da crise capitalista e em parte graças à ela, continua a se conformar à lei fundamental já formulada por Marx: “a riqueza das nações faz a pobreza dos povos”. Ou seja, vivemos em um mundo cada vez mais rico, que não cessa de acumular os meios de produção e de riqueza, produzindo ao mesmo tempo cada vez mais pobres e miseráveis, tanto ao norte como no sul.

Tal como presenciado por Marx, na Inglaterra vitoriana, a acumulação do capital ao mesmo tempo em que gera a concentração da riqueza em um dos pólos da sociedade, gera, no outro polo, a concentração da pobreza e da miséria. Ilustrando essa situação apresentamos dados extraídos do Relatório de Desenvolvimento Humano da ONU de 1996: os 358 milionários (com cálculos em dólar) possuem juntos uma fortuna equivalente a renda anual dos 45% das pessoas mais pobres do planeta, ou seja, 2,6 milhões de indivíduos.

Historicamente, o mecanismo que gera essa polarização crescente é o mesmo: o processo de acumulação do capital, que priva continuamente os indivíduos do controle sobre os meios de produção e consumo, mantendo não somente os proletários privados de qualquer outra propriedade além de sua força de trabalho, mas também jogando, principalmente os proletários

supranumerários, de maneira periódica ou crônica, no subemprego ou desemprego, recusando-lhes os meios de subsistência mais elementares.

A riqueza crescente é produto de cada vez menos trabalho, graças ao aumento da produtividade: eis o segredo da pobreza e da miséria de grande número de pessoas. É isto que deveria ser o anúncio de uma nova “Idade do Ouro”: a magia do capital metamorfoseando os meios da riqueza universal dos homens em meios de empobrecimento e de opressão da maior parte da humanidade.

Face a esta situação tão absurda quanto desumana, o movimento operário deve, hoje como no passado, lutar por dois objetivos:

1) Por uma repartição mais justa da riqueza social, principalmente através da instituição para todo ser humano de uma renda social garantida, que não seja simplesmente o “salário” da miséria e da exclusão, mas que ela assegure a possibilidade de acesso aos meios de existência necessários a uma vida digna. Neste sentido, a abolição pura e simples da dívida pública dos Estados do Terceiro Mundo é uma condição necessária, na medida em que o seu reembolso estrangula financeiramente estes Estados e sua população;

2) De outro lado, deve lutar, sobretudo, *pela redução do tempo de trabalho generalizado e massivo*, segundo o princípio “trabalhar menos para trabalhar todos”. Posto que é absurdo que atualmente os ganhos constantes de produtividade, expulsem uma massa crescente de indivíduos do campo da produção, colocando-os no desemprego ou no trabalho precarizado, ao mesmo tempo em que condena os trabalhadores empregados a um trabalho cada vez mais longo e intenso.

Isso é decisivo para o movimento operário: evitar o corte mortal, que o enfraquecerá profundamente, entre o que Marx denominou “o exército industrial ativo” e “o exército industrial de reserva”, entre a parte do proletariado sujeito a exploração e a dominação de sua força de trabalho e a parte que se encontra excluída de todo emprego produtivo e que, através da concorrência, pressiona para baixo as condições de remuneração e de trabalho dos trabalhadores na ativa.

C) A crise política.

Por crise política, entendo a configuração da vida política que a dinâmica recente do capitalismo engendrou. Destacarei os diferentes elementos desta crise, posteriormente considerando como o movimento operário pode respondê-la.

1. Esta crise política se traduz antes de tudo por um claro déficit de regulação da economia contemporânea. O navio da economia mundial está atualmente como um “barco à deriva”, sem capitania nem capitão, errante, sem carta nem bússola.

Este déficit significa, antes de tudo, o enfraquecimento da capacidade reguladora dos Estados-nações. Sem dúvida este enfraquecimento resulta principalmente da transnacionalização dos lucros econômicos, que privam progressivamente os Estados de seus instrumentos tradicionais de política econômica (controle de crédito, política orçamentária, controle de câmbio). O neoliberalismo contribuiu amplamente nesse sentido, fazendo a defesa de uma desregulamentação selvagem e cega de todos os mercados, em virtude da política suprema de libertação dos Estados-nações dos instrumentos de intervenção.

Este déficit se apresenta também na ausência de toda instância transnacional de regulação, em substituição aos Estados nacionais enfraquecidos. Os sucessos parciais alcançados, num primeiro momento, pela combinação entre os governantes dos principais Estados capitalistas no seio do G7 – hoje G8 (para gerir a crise financeira internacional do início dos anos 80 e a implosão da bolha especulativa mundial no início da década seguinte) apenas ressaltaram a oposição, a fraqueza, a ineficácia, na verdade, a inexistência de esforços para a construção em comum de um dispositivo apto a assumir a gestão e a regulação da economia mundial, ou simplesmente para conseguir definir condições mínimas para um acordo. Aliás, cabe mencionar os resultados medíocres ou mesmo nulos das últimas reuniões do G8, o que nos leva a indagar para o que elas servem senão para apresentar diante do mundo o espetáculo da impotência, da pusilanimidade e da divisão entre os grandes países do mundo desenvolvido. É necessário, ainda, incriminar o neoliberalismo pelo culto ao “laissez faire, laissez passer” e sua crença fetichista na eficácia autoreguladora dos mercados.

2. A vida política atual não apresenta, portanto, somente a impossibilidade de entendimento entre “os de cima” e o déficit de regulação da economia mundial que dela resulta. Ela apresenta, em contrapartida o silêncio, a incapacidade e a apatia dos “de baixo“, resultado de evoluções e mutações já analisadas, que mantêm a crise do movimento operário e, mais especificamente, a debilidade atual das forças anticapitalistas no mundo.

Esta ausência de obstáculos explica claramente a possibilidade, atualmente oferecida aos governantes dos países desenvolvidos, de aplicarem obstinadamente as receitas liberais, cujos resultados catastróficos para a maior parte da população faz com que eles mesmos abandonem o triunfalismo que ostentavam até recentemente. Portanto, assim que a história destes dois últimos séculos oferecer maiores e melhores exemplos, aqueles que estão por

baixo, que são oprimidos e marginalizados apenas sob o impulso daqueles que ele oprime e marginaliza, será levado a se reformar, encontram aliás nesta, reforma muitas vezes, a ocasião de uma renovação. Abandonado a sua própria dinâmica ele se auto destrói e nós com ele.

3. Podemos evocar, como último fator e aspecto da vida política atual, a *crise da democracia representativa* que o neoliberalismo tende a agravar. Crise para a qual a indiferença ou apatia políticas (por exemplo, o absentismo eleitoral) constitui o principal sintoma. Crise cujas transformações capitalistas recentes são de certa forma responsáveis: privando a imensa maioria dos cidadãos do domínio sobre o desenvolvimento econômico e social, entregues às mãos invisíveis do mercado; debilitando o poder político e o seu exercício; corrompendo o espírito cívico pela exaltação do enriquecimento fácil e rápido; agravando as desigualdades e a descrença nos ideais democráticos; privando a cidadania de existência real.

No limite podemos dizer que o desenvolvimento recente do capitalismo tem deslegitimado esta forma política que é a democracia, fazendo com que apareça aos olhos dos excluídos na melhor das hipóteses como ilusão, e na pior como mentira. Após ter contribuído para solapar a crença no chamado “socialismo real”, o capitalismo está desfazendo sua própria máscara política: a democracia.

4. Portanto, cabe ao movimento operário encontrar uma solução para esta crise, ocupando a vida política. Ele pode direcionar seu trabalho simultaneamente em duas frentes:

a) de um lado, o movimento operário deve trabalhar para restituir a confiança na democracia representativa e no Estado democrático, notadamente lutando para que ele retome os meios de regular, pelo menos em parte, os movimentos irregulares da economia mundial. Regulando, em primeiro lugar, os fluxos e refluxos dos capitais financeiros, que colocam permanentemente um grande número de economias nacionais em uma situação de instabilidade e precariedade econômica. Taticamente, o movimento operário não deve hesitar em apoiar toda fórmula política que proponha instituir novos meios de controle sobre os fluxos de capitais, condição necessária, mesmo que insuficiente, para permitir aos governantes conduzir políticas econômicas autônomas em direção aos interesses da maioria.

b) Mas o movimento operário não pode, nem deve, se propor simplesmente a retomar a cultura estatista, herdeira do modelo social-democrata e do “socialismo de Estado”. Ele deve, de maneira concorrente senão contraditória, se propor a impulsionar e a desenvolver estruturas de

contra-poder. Denomino de contra-poderes as estruturas capazes, ao mesmo tempo, de:

- *impulsionar práticas alternativas* em ruptura (em diversos graus) com as duas maiores mediações da organização social capitalista, o mercado e o Estado (por exemplo, um plano alternativo de **aglutinação de operários**, um contra-plano de produção ou de organização de um serviço público, um plano alternativo para uma localidade, etc);

- *servir de “vínculos” para as redes militantes*, portanto, de pontes entre o conjunto das organizações (associações, sindicatos, movimentos sociais específicos, organizações políticas) que operam sobre um determinado espaço (um local, uma região, um país etc). As bolsas de trabalho, como aquelas do sindicalismo revolucionário no começo do século, fornecem um exemplo;

- *se federalizar*, constituindo redes de maneira a estender continuamente o campo da dissidência social em relação ao mercado e ao Estado;

- *enfim, preparar o inevitável enfrentamento com o Estado*, através de um incessante trabalho de auto-organização da sociedade, destinada a deslegitimar o Estado, provocar um curto-circuito e neutralizá-lo em definitivo;

D) A crise simbólica

Ainda não completei o inventário da catástrofe a que estamos permanentemente entregues pela dominação do capital. É necessário evocar um último aspecto: a crise simbólica ou a “crise de sentido”.

1) Por crise de sentido entendo a enorme dificuldade dos indivíduos, nas sociedades desenvolvidas e nos países em vias de desenvolvimento, em dar um sentido à sua existência. Ou seja, em criar ou manter suas identidades pessoais, em poder comunicar-se com os outros, em serem capazes de herdar experiências das gerações precedentes e de investir nas atividades coletivas, fazendo parte da construção do mundo. Esta crise simbólica resulta da incapacidade, própria das sociedades capitalistas desenvolvidas, de propor ou impor a seus membros uma ordem simbólica, um conjunto de idéias, de referências, de normas, de valores, que dê sentido a sua existência.

Esta crise registra os limites do processo de privatização da vida social, levando os indivíduos a exaurir-se social e psicologicamente, diante da qual a exaltação neoliberal do individualismo constitui uma resposta insuficiente. Em particular, a ideologia neoliberal foi incapaz de fornecer uma resposta aos sentimentos de angústia e insegurança, que está aumentando entre as populações dos países industrializados e do Terceiro Mundo. Esta situação

provoca, ao mesmo tempo, profundas e rápidas perturbações sociais e mentais, com a ameaça de precarização das condições de existência e marginalização social. Enfim, provoca a dissolução das comunidades de pertencimento ou de referência (a família, a profissão, a classe, a nação, a comunidade religiosa).

2) É uma necessidade para o movimento operário responder a essa crise simbólica. Pelo menos por duas razões.

Em primeiro lugar, esta crise produziu para os indivíduos obstáculos de implicações políticas. Ela os levou a curvar-se sobre si mesmos ou sobre redes de solidariedades mais estreitas (familiares e de vizinhança), que são incapazes de conceber um projeto global e de lutar por sua realização. Além disso, obstaculiza a constituição de uma subjetividade revolucionária, ou seja, de uma vontade coletiva de transformação social no sentido emancipador.

Em segundo lugar, a crise de sentido, a angústia indefinida, os medos diversos (do outro, do estrangeiro, do imigrante, da mudança), podem ser canalizados para uma perspectiva autoritária e de afirmação identitária, através de movimentos de extrema direita, de tipo fascista ou fascizantes. Nesse sentido, o neoliberalismo sustenta o discurso e a prática da exclusão em bases nacionalistas e xenóforas, cuja reemergência acompanha o triunfo do neoliberalismo como uma sombra.

3) Esta “crise de sentido” abre para movimento operário verdadeiras possibilidades:

a) ele pode tirar proveito da permanente crise de legitimidade do capitalismo, privando a ideologia dominante de coerência e estabilidade. A aceitação do capitalismo se funda atualmente na mais pura e simples resignação à ordem existente; falta conceber e construir uma outra ordem;

b) Ele pode, igualmente, aproveitar-se da imensa insatisfação da maior parte das populações frente às suas condições ordinárias de existência, tanto nos países desenvolvidos como nos países em vias de desenvolvimento;

c) Enfim, ele pode e deve, sobretudo, responder às aspirações de autonomia individual, de igualdade de condições e *status social* e à solidariedade coletiva que persiste no seio das massas populares, pois estas aspirações correm o risco de serem desviadas pela demagogia dos movimentos populistas de extrema direita.

III. Os desafios a longo prazo: reconstruir um movimento revolucionário (se reconstruir enquanto movimento revolucionário).

As crises crônicas que atingem o capitalismo contemporâneo, apontadas acima, lançam ao movimento operário inúmeros desafios que devem ser enfrentados, caso este queira renascer como força social capaz de alterar a dinâmica social atual.

No entanto, as soluções dessas crises são a cada momento múltiplas, mais ou menos globais, mais ou menos radicais. Certamente podem encontrar lugar no interior do capitalismo, não implicando subversão e revolução de sua dinâmica. Nos resta, portanto, enfrentar uma terceira série de desafios, que se colocam ao movimento operário na perspectiva de seu renascimento enquanto movimento revolucionário.

Para que o movimento operário possa tornar-se — ou voltar a ser — uma força revolucionária, três questões, pelo menos, devem ser reapresentadas: a do sujeito do movimento revolucionário, a do projeto revolucionário, e a da estratégia a seguir. Contentar-me-ei em indicar, sob cada um desses aspectos, os pontos que me parecem essenciais.

A) A questão do sujeito

A quem, hoje, interessa uma subversão revolucionária? Quem seria capaz de realizá-la? A questão se coloca em dois níveis.

1. Nível sociológico. Hoje, como ontem, a principal força potencialmente revolucionária continua sendo o proletariado. Considero como proletariado não somente o conjunto de homens e de mulheres que não possuem outra propriedade que sua força de trabalho e que podem esperar, na melhor das hipóteses, tornarem-se trabalhadores assalariados, ou seja, desempenharem as funções de execução na divisão capitalista do trabalho. Que estes homens e mulheres estejam empregados pelo capital, que pertençam ao "exército industrial ativo" ou ao "exército industrial de reserva" para falar como Marx, é aqui secundário.

Este proletariado está hoje dividido não somente nos vários Estados, nações e povos, mas também pelos vários *status* no interior de cada uma destas unidades. Hoje, mais do que ontem, no momento de transnacionalização do capital, o principal desafio que o movimento operário deve reconstruir é sua unificação internacional. O *slogan* que termina o Manifesto do Partido Comunista, "proletários de todos os países, uni-vos!", é mais atual que nunca.

2. Nível Político. O sujeito revolucionário deve se constituir através das organizações de classe do proletariado. Por razões que não me estenderei aqui, penso que as organizações sindicais têm um papel privilegiado nesta obra de unificação internacional do proletariado. Antes de tudo, lutando pela unificação das condições de emprego e de remuneração no interior de uma mesma empresa (multinacional) ou no interior de um ramo industrial.

Estas organizações sindicais não devem, ainda, se separarem dos movimentos sociais específicos, tais como, os movimentos ecológicos ou os movimentos feministas -lutando contra a opressão específica das mulheres-, atuando nos planos internacional, nacional ou regional. Elas devem procurar sistematicamente convergências com este tipo de movimento, sobre as bases mais radicais possíveis.

B) A questão do projeto.

O movimento operário somente poderá tornar-se um movimento revolucionário sendo autor de um projeto de sociedade comunista.

1. As experiências deste século permitiram compreender que o comunismo não se assemelha ao tipo de Estado, de sociedade, ou de regimes que existiram na ex-URSS ou na China maoísta. Entendo por comunismo uma sociedade livre de toda relação de exploração e de dominação do homem pelo homem, onde estes produzem as condições materiais de sua existência, sobre a base de trabalho coletivo dos meios de produção, dentro de um plano elaborado democraticamente pelas unidades de produção autogeridas pelos trabalhadores. É essa sociedade que serviu explícita ou implicitamente, de referência ou de horizonte às lutas dos trabalhadores.

2. Penso que esta sociedade comunista não é mais uma utopia, mas um objetivo que o movimento operário deve se propor a representar e a materializar. A construção dessa sociedade constitui o segundo desafio, a longo prazo, ao movimento operário.

Embora, neste momento, não possa expor em detalhe a defesa dessa idéia, contentar-me-ei em apresentar os seguintes elementos. Atualmente o comunismo tornou-se cada vez mais necessário e possível. Necessário porque uma sociedade comunista, tal como a tenho definido em linhas gerais, é a única capaz de pôr fim às diferentes crises estruturais inerentes ao capitalismo, analisadas acima. Possível porque ela se constrói sobre a uma série de bens atuais do capitalismo:

- a acumulação de forças produtivas (que se traduz pelo desenvolvimento exponencial da produtividade do trabalho) não permite libertar a humanidade da pobreza e da miséria entretanto suaviza a pressão sobre a necessidade econômica do trabalho, reduzindo o tempo que o proletariado dedica ao trabalho.

- a socialização da sociedade, ou seja, a intercomunicação universal entre os homens, em todos os aspectos, desde a produção material até a produção intelectual (produção das informações, do conhecimento, das idéias); o desenvolvimento, por conseguinte, de práticas de cooperação, apesar da generalização da concorrência que se degenera em conflitos;

- o aumento do individualismo, historicamente resultante do desenvolvimento do capitalismo (a autonomia jurídica e moral dos indivíduos, o desenvolvimento da escolarização de massa etc.). Este conduz os indivíduos a reivindicar a sua autonomia e a igualdade entre todos, no sentido da reapropriação do universo social e de seu enraizamento natural. Em suma, o projeto de construção de uma sociedade comunista pode se apoiar, simultaneamente, na reivindicação e na capacidade dos indivíduos de se constituírem enquanto sujeitos, em todos os sentidos do termo, sujeitos de sua própria existência pessoal e como sujeitos da sua história coletiva.

C. A questão da estratégia

Resta a questão da estratégia. Qual o caminho que o proletariado deve tomar para provocar uma ruptura revolucionária e construir uma sociedade comunista?

Esta questão foi parcialmente respondida quando discuti a noção de contra-poderes. É a partir da constituição de contra-poderes, principalmente locais e parciais, que alcancem progressivamente a sociedade e o conjunto das atividades sociais, que se pode iniciar as práticas de reapropriação, pelas massas populares, da gestão do conjunto das necessidades coletivas, ou seja, a construção do comunismo. Na estratégia de contra-poder se distingue, a grosso modo, três etapas.

A primeira etapa se caracteriza pelas práticas parciais e locais de contra-poder que se apoiam sobre:

- a autogestão dos trabalhadores de suas lutas, no setor produtivo quanto no improdutivo (no trabalho tanto quanto fora do trabalho), permitindo o aumento crescente da auto-organização nos coletivos de base (nas empresas, nos bairros), em redes federais autônomas.

- o desenvolvimento de “lógicas alternativas”, no setor produtivo quanto no improdutivo (no trabalho tanto quanto fora do trabalho), opostas a lógica capitalista.

Essas lógicas se desenvolvem sob a forma de projetos alternativos (ou contra-projetos) elaborados, impostos e executados pelos próprios trabalhadores, em direção a um resgate de suas condições sociais de existência e do conjunto da *praxis social*. Por um lado, a fiscalização desses projetos garantirá a intervenção na relação de forças global, a seu favor, por outro, evitará que visem somente a melhoria da situação imediata dos trabalhadores.

A segunda etapa se caracteriza pela multiplicação e a coordenação destas práticas de contra-poder, portanto pelo seu desenvolvimento em larga escala (nos mais diversos setores da sociedade, de âmbito nacional, regional ou local). O contra-poder proletário se afirma, assim, progressivamente, no conjunto da sociedade, sendo capaz não somente de impor à classe dominante as transformações sociais (reformas “radicais”), mas também de resgatar a credibilidade na perspectiva da “ruptura” com o capitalismo, modificando, a seu favor, as relações de forças.

Através desse processo, o proletariado se constituirá em *sociedade alternativa ou contra-sociedade* (e não somente em contra-Estado, como no modelo social-democrata do movimento operário), ampliando os “espaços de liberdade” conquistados na e contra a sociedade capitalista, se apoiando, em particular, na existência de fortes redes de cooperativas de produção e de consumo, nos movimentos sociais através do gerenciamento de redes nos mais diversos setores da vida econômica e social (por exemplo, os equipamentos coletivos e os serviços públicos), nas associações favorecendo uma expressão cultural autônoma do proletariado, em suma, materializando a experiência desta sociedade que pode ser auto-organizada e autogerida.

Assim se cria progressivamente uma *situação de duplo poder* no seio da sociedade: em face do poder do capital e, principalmente, do Estado, se levanta o contra-poder do proletariado, gestado na reapropriação e na gestão democrática, pelo menos dos princípios da engrenagem da vida social. Situação instável e transitória, que somente pode se esclarecer numa conjuntura de crise revolucionária... ou de contra-revolução, na medida em que ela coloca concretamente a questão do poder no seio da sociedade.

Na terceira etapa, esta situação de duplo poder permite que o que resta do poder capitalista e, em primeiro lugar, do aparelho do Estado, apareça como um obstáculo essencial a realização dos projetos e das aspirações populares, portanto como um obstáculo a se superar. Desse modo, o contra-poder proletário se torna para a classe dominante uma ameaça mortal e o enfrentamento violento entre eles torna-se inevitável. E somente um

semelhante (extraordinário) enfrentamento pode finalizar o processo revolucionário.

A “ruptura” revolucionária é assim o momento em que o contra-poder proletário chega a dismantlar o aparelho de Estado para substituí-lo pela gestão de toda a sociedade. Esta “ruptura” com o capitalismo preparará as forças proletárias para uma lenta e paciente reconquista do controle de suas condições sociais de existência, tanto no setor produtivo quanto no setor improdutivo (no trabalho tanto quanto fora do trabalho); para uma longa e sem dúvida difícil aprendizagem de auto-gestão da vida social; para um processo contínuo da “experiência social”, o que implica as tentativas, os ensaios e os erros retificados, permitindo o enriquecimento da consciência de classe, o reforço do desejo de autonomia individual e coletiva assim como a convicção da possibilidade de fundar sobre esta última uma reorganização global da sociedade. Em suma, a “ruptura” com o capitalismo terá assim de ser precedida e preparada pela maturação de um contra-poder proletário, se reforçando tanto objetivamente quanto subjetivamente, no ritmo das concessões, reformas, rupturas parciais obtidas pelas suas lutas contra o poder capitalista.

E logo se percebe que esta “ruptura” revolucionária não tem nada a ver com a ação *putschista* de uma minoria de “revolucionários profissionais” que se auto-proclamam e se auto-instituem direção do processo revolucionário, numa relação de substituição das massas. Ela é, ao contrário, o ato de coroamento da reapropriação *coletiva*, pelos trabalhadores, da capacidade de dirigir e organizar a sociedade, o fim de um processo em que se desenvolverá, ao mesmo tempo, seu poder, sua autonomia e sua consciência.

Conseguir elaborar e materializar essa estratégia de contrapoder me parece constituir um terceiro desafio a longo prazo lançado ao movimento operário, desde que ele se propõe a (re)tornar-se um movimento revolucionário.

Conclusão

A longa exposição se justifica pela simples razão de que “os desafios atuais lançados ao movimento operário”, não é possível de ser esgotado por apenas um indivíduo. Não somente devido a complexidade dos temas em questão, mas também, e sobretudo, porque a solução dos problemas colocados pertencem em primeiro lugar e, fundamentalmente, ao próprio movimento operário e a seus atores, tanto individuais como coletivos. É o debate, que permanece no seio do movimento, de sua experiência, de seus êxitos, de seus prejuízos que permite responder a estas questões.

Minha ambição não era, portanto, apontar uma solução acabada às diferentes questões aqui levantadas, mas apenas *sublinhar a importância de algumas questões* que o debate no seio do movimento operário não poderia, hoje, ignorar. No primeiro momento, pelo menos tomar consciência dessas questões me parece mais importante que esses elementos de respostas que eu ponho inteiramente em discussão.